

Deficiência intelectual e diferença: discursos sobre um tema

Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva¹

Resumo: Quando procuramos por pessoas com deficiência intelectual na sociedade, onde as encontramos? De que maneira elas participam da coletividade? Quais lugares ocupam? Discursos políticos e científicos se uniram na promoção do entendimento sobre essas pessoas, retirando-as, historicamente, das mesas de discussão. Durante séculos, elas foram despersonalizadas e entendidas homogeneamente. O presente artigo discute, a partir do diálogo com histórias ficcionais e não-ficcionais, o entendimento das relações desses indivíduos com a sociedade.

Palavras Chave: Deficiência Intelectual. Discurso. Escolarização. Direitos Civis.

Abstract: When we look for people with intellectual disabilities in society, where do we find them? In what way do they participate in collectivity? Which places do they occupy? These people are usually seen through the lens of several political and scientific discourses, a situation that historically have kept them apart. For centuries, they were depersonalized and homogeneously understood. This article discusses, dialoguing with fictional and non-fictional stories, the relations these individuals have with society.

Keywords: intellectual disability. discourse. schooling. civil rights.

O doutor Simão Bacamarte, do famoso conto **O Alienista** (1882), de Machado de Assis, foi o médico que internou todos os moradores da cidade de Itaguaí na “Casa de Orates”, ou manicômio, da Casa Verde – e no fim internou a si mesmo, certo de que sua pretensa perfeição ética e moral era, de fato, patológica.

No conto, com a sátira, a ironia e o ceticismo caros a Machado, também chamado de “bruxo do Cosme Velho”, observamos uma crítica aos saberes médicos especializados que estavam se formando naquele tempo, a segunda metade do século XIX, e seus consequentes desdobramentos. Apesar de tratar especificamente sobre a “loucura”, é inevitável não relacionar o livro ao que identificamos sobre a construção do que seja a deficiência intelectual por parte de especialistas posicionados em contextos de poder sobre a definição do outro.

Falamos, aqui, sobre a diferença.

Os saberes apresentados e criticados por Machado n’**O Alienista** são aqueles que se pretendem universais, centralizados e absolutos, que não admitem contestações e interpretações. Tratam-se de saberes que avaliamos perigosos, que desconsideram a diversidade humana e a subjetividade.

¹ Professora de Atendimento Educacional Especializado na Prefeitura Municipal de São Paulo e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

O doutor Bacamarte, ao estabelecer critérios absolutos sobre quem entraria no manicômio da Casa Verde, cria um sistema determinista, uma vez que analisa diferentes contextos sociais sob um mesmo prisma.

Podemos pensar que Bacamarte era representante do darwinismo social, aquele que carregava o dito fardo do homem branco (o chamado *universal masculino*) responsável por vidas vistas como menores, ou seja, das mulheres brancas, dos homens e mulheres negros, pardos e indígenas, imbuído de um pretense saber científico que elevaria a cidade a um maior grau de desenvolvimento. Seria errado considerar que há resquícios dessas ideias que permanecem em falas de especialistas em educação e em saúde, na atualidade, sobre pessoas com deficiência intelectual?

Simão Bacamarte era autorizado pela câmara de vereadores de sua cidade a realizar seus diagnósticos, o que mostra o entrelaçamento do saber científico com a ordem política num contexto de legitimação dos discursos. Na impossibilidade de considerar a diversidade, a existência de diferentes pontos de vista, interpretações e subjetividades, o doutor torna o conhecimento algo mecânico e padronizado: ele define o normal e o patológico, a saúde e a loucura, sendo esta tudo aquilo que não estava no padrão em determinado contexto, configurando um desvio de comportamento e um afastamento da norma. Assim, Machado critica não apenas o saber absoluto, mas também as consequências geradas por julgamentos absolutos.

Machado, metaforicamente falando, descreve algo que permanece presente na atualidade na medida em que discursos que pretendem ser verdades absolutas (mesmo que revestidos de “preocupação social”) se mantêm. A loucura, no caso específico de sua obra, era o diagnóstico final a todos aqueles que não se encaixavam, que desobedeciam ou que, de alguma maneira, subvertiam a ordem a partir da visão do alienista.

O Alienista é uma obra de ficção que pode ironicamente assemelhar-se muito à realidade. Não precisamos, porém, procurar exaustivamente por exemplos reais daquilo que foi feito de pessoas que não se encaixavam na sociedade: O livro **Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil** (2013), de Daniela Arbex, retrata de forma clara o tratamento destinado aos “loucos”, ou melhor dizendo, simplesmente aos “inadaptados” ou “desajustados” no Brasil durante boa parte do século XX.

O livro de Arbex mostra, por meio de entrevista e coleta de documentos, a realidade do Hospital Colônia de Barbacena – o “Colônia” -, considerado o maior hospício do país, localizado na cidade de Barbacena, Minas Gerais, fundado no ano de 1903. Conforme o título do livro informa, em torno de sessenta mil pessoas morreram dentro dos muros da instituição, de fome, sede, frio, maus tratos, falta de higiene, violência – sendo, no mínimo, 33 crianças. Estima-se que 70% dos internos não possuíam qualquer diagnóstico de transtorno mental. Para lá, eram enviados opositores políticos, homossexuais, mendigos, prostitutas, filhas que desobedeciam a seus pais, pessoas com deficiência física e intelectual, com epilepsia, ou seja, todos aqueles que não atendiam aos padrões normativos ou que eram indesejados pelas classes dominantes.

Novamente, a imbricação entre os discursos político e científico está presente e validou a barbárie por décadas a fio. Hoje, alguns dos sobreviventes, preferimos chamá-los assim, do hospital psiquiátrico vivem em casas comunitárias em que podem conviver em um contexto de maior autonomia e de fruição de direitos, muitos deles sem família e sem construção de vínculos com pessoas que não estavam no contexto do hospital, vidas que foram marcadas para sempre pela violência e exclusão. A jornalista Eliane Brum, na introdução do livro, destaca que nenhuma violação dos

direitos humanos como as que ocorreram em Barbacena se sustentam por tantos anos sem que a sociedade se omita:

É preciso perceber que nenhuma violação dos direitos humanos mais básicos se sustenta por tanto tempo sem a nossa omissão, menos ainda uma bárbara como esta. Em 1979, o psiquiatra italiano Franco Basaglia, pioneiro da luta pelo fim dos manicômios, esteve no Brasil e conheceu o Colônia. Em seguida, chamou uma coletiva de imprensa, na qual afirmou: “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo, presenciei uma tragédia como esta” (ARBEX, 2013, p. 14).

Não é necessário, porém, pensarmos apenas em hospícios ou “casa de loucos” que ressaltem o aprisionamento e a exclusão dos ditos desajustados ou inadaptados do contexto social, seja em uma perspectiva ficcional ou documental, como nos livros descritos. Voltando, novamente, ao século XIX, a nossa literatura registrou também as políticas de governmentação na escola, que obviamente não era um manicômio, mas se assemelhava a ele, em seus cotidianos, no que diz respeito à submissão e sujeição dos corpos em contextos de disciplinamento.

Em “Missão Literária em **O Ateneu** de Raul Pompeia” (SILVA, 2012, não publicado)², a autora do presente artigo escreveu sobre como esse romance memorialista do século XIX se configura como um espaço para que o narrador-protagonista Sérgio exponha as mazelas do homem e da sociedade ao narrar o cotidiano de um colégio interno carioca. Em suas páginas são representados os desajustados e limítrofes, sendo um deles Sérgio. Por ser local de vozes marginais, o texto se presta à avaliação e questionamento de sua sociedade contemporânea.

Ainda outro exemplo: em **A Conquista da América**: A questão do outro, Tzvetan Todorov (1982) nos apresenta a história de colonização hispânica. É possível verificar as possíveis semelhanças entre os discursos de Las Casas, erudito, paternalista e benevolente explorador e comentarista espanhol que chegou à América no século XVI, aos discursos de médicos, psicólogos e de diferentes especialistas sobre as pessoas com deficiência: os discursos colonizador e paternalista ali estão, eles falam sobre “bons selvagens”, pessoas dignas de piedade e amor cristãos, puras, que precisam ser colocadas na régua do colonizador, numa perspectiva civilizatória. Clama por igualdade, mas uma igualdade subjugada e normalizada. Vejamos o que Todorov fala sobre a descrição do explorador Las Casas sobre os indígenas do território americano:

Essa monotonia dos adjetivos é ainda mais impressionante na medida em que lemos aí descrições que, além de terem sido escritas em momentos diferentes, descrevem populações distintas, e até distantes entre si, da Flórida ao Peru; ora, são todas, invariavelmente, “meigas e pacíficas”. Ele chega a percebê-lo, às vezes, mas não se atém a isso: “Embora em algumas coisas seus ritos e costumes sejam diferentes, pelo menos nisso **todos, ou quase todos, se assemelham: são simples, pacíficos, amáveis, humildes, generosos, e, de todos os descendentes**

² SILVA, Letícia. “Missão Literária em O Ateneu de Raul Pompeia”. (Especialização lato sensu em Literatura) São Paulo: PUC/COGEAE, 2012, não publicado e SILVA, Letícia. “A perspectiva de estudantes surdos acerca dos cotidianos escolares: narrativas sobre sua escolarização” (Especialização lato sensu em Educação Especial). São Paulo: Unesp/NEaD, 2017, não publicado.

de Adão, sem exceção, os mais pacientes. Também são os mais dispostos a serem trazidos ao conhecimento da fé e de seu Criador, não lhe opondo nenhum obstáculo” (História, 1, 76). Uma outra descrição, no “Prefácio” da Relación, também é reveladora a esse respeito: “Todos esses polos universais e inumeráveis, de todos os tipos, foram criados por Deus extremamente simples, **sem maldade ou duplicidade, muito obedientes e muito fieis a seus senhores naturais e aos cristãos que servem, os mais humildes, os mais pacientes, os mais pacíficos e tranquilos que há no mundo; sem rancor nem exagero, nem violentos nem briguentos, sem ressentimentos, sem ódio, sem desejo de vingança.**” É interessante ver que Las Casas é levado a descrever os índios em termos quase inteiramente negativos ou restritivos: são gente sem defeitos, nem assim nem assado [...] (TODOROV, 1982, p. 142, grifos nossos).

Seja pela piedade cristã ou pelo asseio da visão médica, as determinações estão presentes nos textos até aqui citados, separados por séculos e com assuntos diversos: afinal, a que(m) servem?

Entendemos que a literatura, seja ela ficcional ou não-ficcional, e as artes são fonte essencial para a existência humana, nela conhecemos nosso potencial e limites: vivemos, valoramos, nomeamos e questionamos de forma autoral. Ao trazer como exemplo algumas produções literárias, entendemos que os discursos nelas presentes são balizadores de valores e hierarquias, tensões e resistências. Ao produzir em primeira pessoa, a palavra do autor é portadora, por excelência, desse próprio ser que vive em sociedade e necessita da alteridade para se compor por inteiro. Os livros podem revelar as angústias dos sujeitos que deslocam seus olhares tendo em vista o questionamento dos valores em voga, sempre em diálogo: rejeitam o perene, vivem o presente mutável; anseiam a mudança, idealizam-na. Ao produzirmos em primeira pessoa, seja em um contexto literário ou não, não pensamos apenas no que é ou no que foi; mas no que idealmente pode ser.

Haja vista as considerações que situam o debate acadêmico no qual nos posicionamos, falaremos brevemente sobre escolarização de pessoas com deficiência intelectual. Para tanto, buscamos referências nas pesquisas de Pletsch (2014) sobre escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Os autores consultados permitem compreender pormenores que envolvem políticas públicas em educação especificamente no que diz respeito às condições de desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual nas instituições escolares.

Durante a década de 1970, tiveram início os movimentos “pró-integração” e “normalização” da pessoa com deficiência no Brasil a partir do entendimento de que todas tinham o direito de usufruir de condições de vida as mais “normais” possíveis. A integração escolar preconizava a preparação dos estudantes com deficiência intelectual para que pudessem ser habilitados a participar da turma no ensino regular, mediante apoio especializado (PLETSCH, 2014, p. 6). Essa proposta tinha como base uma perspectiva biomédica da deficiência ao focar o problema do aprendizado somente na competência intelectual dos estudantes e desonerar a escola, a qual competiria educar apenas aqueles que tivessem condições de acompanhar as atividades, sem existir preocupação com as especificidades de cada um.

Nas escolas e classes especiais daquele período, o currículo era regido pela Lei Federal nº 5.692/71, que indicava tratamento especial aos alunos com deficiência intelectual ou física, bem como aqueles que estavam atrasados em relação à idade regular de matrícula (PLETSCH, 2014, p. 6). Assim, foram definidas diretrizes em

uma proposta curricular para “deficientes mentais educáveis”, que avaliava e planejava as ações pedagógicas a partir dos resultados do quociente de inteligência (QI) apresentados pelos estudantes.

Cabe aqui assinalar que o QI foi criado a partir dos estudos de Alfred Binet e Theodore Simon, que produziram uma escala da capacidade intelectual, chamada visão métrica da inteligência. Segundo os testes psicométricos de Binet, classificaram-se os estudantes em termos que possibilitavam comparar desenvolvimentos “normal” e “atrasado” a partir da relação entre idade mental e idade cronológica (idade mental/idade cronológica x 100). Os testes foram muito utilizados na década de 1970 a fim de justificar o encaminhamento de estudantes às classes especiais ou às instituições.

Não somente os estudantes com deficiência intelectual eram incluídos nesse encaminhamento, mas também todos aqueles considerados desajustados, com comportamentos sociais inadequados e incapazes de aprender. Separavam-se, assim, os competentes para a aprendizagem dos prováveis “excepcionais”. Essa classificação contribuiu, sobremaneira, para a segregação desses alunos.

Inclua-se nesse panorama o progressivo ingresso, nas escolas brasileiras, de estudantes advindos das classes populares, muitos deles vivendo em situação de pobreza e não habituados ao rígido modelo escolar de então. Vários deles foram, dessa forma, avaliados como “prováveis excepcionais”, uma vez que apresentavam comportamentos considerados inadequados àquele meio social, sendo encaminhados às classes especiais, onde lhes eram oferecidas atividades simplificadas e não correspondentes ao currículo desenvolvido em salas regulares.

Patto (1997, p. 49) ao constituir uma crítica à razão psicométrica que se estabeleceu nas medidas avaliativas dos cotidianos escolares nas décadas de 1970, 1980 e 1990, afirma que as práticas de diagnóstico de alunos de escolas públicas situadas em bairros pobres constituíam “verdadeiros crimes de lesa-cidadania”. A autora afirma que os laudos, no momento de sua análise, careciam de bom-senso, eram embasados em senso comum, produziam estigmas e justificavam a exclusão escolar dos examinandos, que se tornavam “reduzidos a coisas portadoras de defeitos de funcionamento em algum componente da máquina psíquica” (PATTO, 1997, p. 49). Sobre os laudos fornecidos aos estudantes, a autora continua:

A estereotipia da linguagem utilizada, a mesmice das frases, conclusões e recomendações trazem-nos à mente a imagem de um carimbo - os laudos falam de uma criança abstrata, sempre a mesma. O fato de invariavelmente aprovarem (*laudare* significa aprovar) a crença dos educadores de que há algo errado com o aprendiz mostra uma significativa convergência das visões técnico-científica e do senso comum. Tudo se passa como se professor e psicólogo partissem do princípio de que o examinando é portador de alguma anormalidade. (PATTO, 1997, p. 49).

É interessante citar, em diálogo com a crítica feita por Patto, o filme brasileiro autobiográfico **O contador de Histórias** (2009), dirigido por Luís Villaça, que conta a trajetória de Roberto Carlos Ramos, criança abrigada na antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) e, atualmente, pedagogo, mestre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No longa, aos 40m43s, é narrado um momento de avaliação psicopedagógica de Roberto. A criança se interessava pelos biscoitos oferecidos pelas avaliadoras, pouco se importando com as respostas que

oferecia aos testes. Dessa forma, Roberto foi inicialmente avaliado com déficit cognitivo. O exemplo de Roberto é um dentre outros possíveis de crianças que obtiveram um “laudo de deficiência intelectual” sem realmente apresentar tal condição, o que evidencia a estreita relação entre a avaliação de inteligência e o recorte social dos sujeitos medidos pelos testes.

As ações citadas estão no centro do fracasso escolar vivenciado por estudantes das classes populares durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 e que se mantém, sob diferentes formas, até hoje, o que traz à tona um sério problema da escola para acolhê-los e compreendê-los. Também demonstra o anseio em classificar e delimitar os estudantes a um diagnóstico e, a partir dele, reabilitá-los.

Esses dados são importantes na medida em que reforçam as falhas existentes no processo de recebimento, avaliação e diagnóstico das pessoas com deficiência intelectual no decorrer das últimas décadas no que concerne ao seu ingresso na escola, o que se evidencia ainda na atualidade em função tanto da precariedade de serviços públicos oferecidos para a realização dessa tarefa, quanto pela carência de diretrizes claras para a orientação das ações dos profissionais da educação em diferentes redes. Para além disso, ainda estão sendo construídas ações em rede para o atendimento a essas pessoas. O que se vê, hoje, nos cotidianos escolares, são intervenções ainda voltadas à reabilitação dos estudantes que se localizam “fora da curva” da normalidade.

A noção de desvio implica o estabelecimento de determinados comportamentos considerados normais ou ideais conforme o sistema social em que se participa. A escola cristalizou um modelo de normalidade e o integrou ao regime educacional. Todos aqueles desviantes ou fora das normas sociais precisam ser contidos, uma vez que se encontram à parte das regras. Estamos no âmbito do que Palacios (2008, p. 66) denomina modelo reabilitador.

As questões apresentadas se relacionam tanto às pessoas com deficiência intelectual quanto àqueles estudantes sem deficiência marginalizados pelo sistema escolar e pela sociedade, muitos deles que acabam por receber, também, um laudo que justifique sua não adequação, diferença e dificuldades ou que fundamente a administração de remédios, como Geraldi (2013) assevera.

De acordo com Patto (1997, p. 281), nos anos finais da década de 1980 e início de década de 1990, mais de dois terços das crianças e adolescentes entre sete e 14 anos estavam fora da escola. A autora elenca três grandes motivos que explicavam aquela ausência: carência de acesso; dificuldade de permanência (o que inclui a evasão escolar) e o alto índice de repetência das crianças antes mesmo da conclusão do antigo primeiro grau (quarta série, atual quinto ano). É nessa conjuntura educacional de nosso país que ocorrem as conferências internacionais em Jomtien (1990) e Salamanca (1994), e que, conjuntamente às conferências de Dakar (2000), que avaliou os encaminhamentos de Jomtien, à Convenção da Guatemala (1999) e à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (Brasil, 2008), fortaleceram, nas décadas de 1990 e 2000, o discurso a favor dos direitos educacionais e sociais das pessoas historicamente excluídas.

Estamos, nesse momento, sob o que Palacios (2008, p. 103) denomina modelo social de deficiência. As premissas fundamentais desse modelo indicam que as causas da deficiência são sociais, ou, pelo menos, predominantemente sociais, e dessa forma cabe à sociedade fornecer meios adequados para garantir que as necessidades das pessoas com deficiência sejam consideradas na organização social. Além disso, considera-se que as pessoas com deficiência podem contribuir para a sociedade, ou que a sua contribuição será na mesma medida de outras pessoas sem deficiência,

partindo da premissa de que toda vida humana é igualmente digna (PALACIOS, 2008, p. 104).

Souza (2013, p. 59) traz uma reflexão pertinente em sua tese ao tratar das proposições das políticas de educação inclusiva dentro do sistema ONU para compreender os impactos das diretrizes no desenvolvimento de estudantes com deficiência. A autora, com base na análise de documentos internacionais, afirma que as escolas inclusivas aparecem como um instrumento que pode viabilizar a ampliação das possibilidades de escolha das pessoas com deficiência, na medida em que preconiza a formação de um cidadão responsável pelo rumo de sua vida e a promoção do desenvolvimento do país e que essa ideia de inclusão está fortemente associada a aspectos econômicos.

A partir das observações de Palacios (2008) e, principalmente, de Souza (2013), quando discorreu sobre o indivíduo com deficiência intelectual a ser inserido, por meio de uma perspectiva reabilitadora, nas escolas regulares e no mercado de trabalho, dialogamos com a tese, transformada em livro, de Costa (2004) **Homens invisíveis**: relato de uma humilhação social. O autor assumiu, por oito anos, o posto de gari para se aproximar dos profissionais que realizavam os serviços de limpeza em uma universidade. O caminho de sua investigação se deu na atenção para a invisibilidade pública dessas pessoas, expressão que, para ele, resume manifestações de humilhação social. Assim como a dele, a discussão aqui se dá sobre pessoas que são marginalizadas no contexto do mercado de trabalho. Não desejo, ancorada em reflexões de Veiga-Neto (2001), generalizar diferenças que são concernentes a cada realidade aqui tratada; promovo, tão somente, diálogos entre experiências que vivenciam contextos de exclusão.

Ao tratar da exclusão política dessas pessoas, Costa afirma que ela molda a subjetividade do indivíduo pobre, caracterizando-o como um ser que não pode criar, mas que deve repetir, “esvazia-o das condições que lhe possibilitariam transcender uma compreensão imediata e estática da realidade” (COSTA, 2004, p. 64). Tendo em vista essa declaração, o autor comenta o conceito de reificação e de trabalho reificado:

A reificação configura-se como o processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria. Assim, por exemplo, o trabalho reificado não aparece por suas qualidades, trabalho concreto, mas como trabalho abstrato, trabalho para ser vendido. A sociedade que vive à custa desse mecanismo produz e reproduz, perpetua e apresenta relações sociais como relações entre coisas. O homem fica apagado, é mantido à sombra. (COSTA, 2004, p. 64).

Costa fala sobre o apagamento do homem frente às relações entre coisas. Considerando que o “valor das pessoas se apresenta à consciência dos homens como valor, sobretudo, econômico”, qual é o valor das pessoas com deficiência intelectual no meio social, tendo em vista essa conjuntura? Pessoas a quem são destinados trabalhos subalternos. Bezerra e Vieira (2011), problematizam a sua inserção no mercado, as quais eles denominam “a nova ralé” das organizações do trabalho. Ao discutir a contratação de pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades, os autores enfatizam a especificidade daquelas com deficiência intelectual, uma vez que as organizações têm a racionalidade como orientadora de suas ações:

A questão torna-se ainda mais complexa quando se discute a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a pessoa com deficiência intelectual. Considerando que essas pessoas têm significativas limitações cognitivas, pode-se supor que a racionalidade que orienta as ações nas organizações modernas (Weber, 1983) faz com que seu desempenho seja considerado sofrível (BEZERRA E VIEIRA, 2011, p. 233).

Os autores destacam que os trabalhadores com deficiência intelectual ocupam os cargos mais baixos na hierarquia organizacional e são discriminados pelos trabalhadores que ocupam o mesmo cargo, “considerando-os inferiores por suas limitações cognitivas” (VIEIRA e BEZERRA, 2011, p. 244). Não se tratam, portanto, apenas dos cargos ocupados por essas pessoas em uma organização. Antes de tudo, reiteramos que os discursos construídos sobre suas capacidades configuram barreiras atitudinais impeditivas de seu crescimento profissional.

As discussões sobre mercado de trabalho estão intrinsecamente ligadas à escolarização das pessoas com deficiência intelectual e, principalmente, à finalidade dela. Afinal, as lógicas que permeiam as organizações de trabalho também estão presentes em todo o meio social, inclusive na lógica escolar.

Como aconteceu, por séculos, com pessoas surdas, que eram consideradas desprovidas de razão pela ausência de fala, as pessoas com deficiência intelectual também foram estimadas, sobretudo, pela falta ou pela dificuldade de articulação de sua voz e por possíveis dificuldades que enfrentavam para se fazer entender, carecidas de razão, paradigma que já caiu por terra quando se compreende, conforme o artigo demonstra, que a definição de deficiência intelectual envolve, enfim, um entendimento social e histórico do que é considerada a normalidade, e como este conceito é pleno de valores capazes de traduzir a sociedade em que vivemos e quais pessoas são, ou não, valorizadas.

Considerações Finais

Destacamos, neste artigo, discursos sobre a diferença em textos literários e não literários com foco em pessoas que, de alguma maneira, foram marcadas pela diferença e, sobretudo, as pessoas com deficiência intelectual. Enfatiza-se a importância do direito à voz, que é diretamente ligado à representatividade, para a promoção de autonomia e garantia da cidadania, sendo a linguagem um mecanismo essencial na composição do caráter de uma pessoa no meio social. Também argumentamos que a sociedade cria a normalidade e o conceito de deficiência intelectual e que, ao mesmo tempo, concebe possibilidades de controle e de ocultação dessa condição. Reiteramos que os discursos sobre essas pessoas passam pelo entendimento histórico, social e econômico e que há uma construção cultural da deficiência diretamente relacionada ao conceito de normalidade. Por fim, compreende-se que não é possível definir uma pessoa com deficiência intelectual fora de um contexto, tão pouco analisar o meio sem considerar quem ali vive, pensa e interfere.

Referências bibliográficas

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ASSIS, Machado de. **O Alienista**. São Paulo: Ática, 2000.
- BEZERRA, Sérgio S.; VIEIRA, Marcelo M. F., Pessoa com deficiência intelectual: a nova "ralé" das organizações do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v.52, mar/abr. 2011.
- BEZERRA, Giovani F.; FURTADO, Alessandra C. A produção sobre história da educação especial nos congressos brasileiros de história da educação (CBHES): um lugar em construção. **Educação em Revista**. v.33, Belo Horizonte, 2017.
- BRASIL. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.
- _____. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 3.956/01, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, 2001.
- CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, 1990.
- COSTA, Fernando B. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004.
- PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Cermi, 2008.
- PATTO, Maria H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. In: PATTO, Maria .H. S. **Introdução à Psicologia Escolar**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- PLETSCH, Marcia D., A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.22, n. 81, 2014.
- POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SOUZA, F. F. Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar. Campinas: Tese (Doutorado em Educação), Unicamp, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moi. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: Políticas e Poéticas da Diferença**. São Paulo: Autêntica, 2001.

Filmes:

O CONTADOR DE HISTÓRIAS. Direção: Luiz Vilaça. Roteiro: Maurício Arruda e José Roberto Torero. Warner Bros, 2009.

Recebido para publicação em 07-09-18; aceito em 08-10-18